

O TRANSPORTE ESCOLAR NAS RODAS DE CONVERSA DO FOPINECAF: DESAFIOS DE ACESSO DE ESTUDANTES ÀS ESCOLAS DO CAMPO

Bruna dos Santos Prata¹

Universidade Federal do Amazonas

Érica de Souza e Souza²

Universidade Federal do Amazonas

Eulina Maria Nogueira Leite³

Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

O artigo objetiva apresentar os desafios de acesso de estudantes às escolas do campo em relação ao transporte escolar do Município de Parintins/AM. Trata-se de um estudo desenvolvido com apoio da pesquisa bibliográfica, observação participante e rodas de conversa do Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das águas Paulo Freire (FOPINECAF), realizadas entre 2017 a 2019, cuja metodologia baseia-se na escuta e diálogo com estudantes, pais, professores/as e trabalhadores/as do campo sobre realidade da Educação do Campo em Parintins. Os resultados evidenciam que em Parintins, o transporte escolar é predominante fluvial, tem interferência da dinâmica e ciclo das águas, são os processos do fenômeno natural que influencia o deslocamento dos estudantes e, embora este seja uma política importante para o acesso e permanência de estudantes de escolas do campo, há fragilidades na execução e acompanhamento dos serviços por parte da Secretária Municipal de Educação (SEMED/PIN), no que se refere as condições precárias das embarcações, segurança e atendimento.

Palavras-chave: Educação do Campo; FOPINECAF; Transporte escolar; Escolas Rurais; Acesso e Permanência.

SCHOOL TRANSPORT IN THE FOPINECAF CONVERSATION CIRCLES: CHALLENGES FOR STUDENTS TO ACCESS RURAL SCHOOLS

ABSTRACT

The article aims to present the challenges of accessing students to rural schools in relation to school transport in the city of Parintins/AM. This is a study developed with the support of bibliographical research, participant observation and conversation circles of the Parintinense Forum of Education of the

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH/ UFAM) Humaitá, Amazonas Brasil. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA, 2020) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2023-3704> E-mail: brunaprata05@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), Manaus, Amazonas Brasil. Mestre em Educação pelo PPGE/UFAM (2022). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA, 2014). Bolsista FAPEAM. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa do CNPq "Educação do Campo, Currículo e Formação de professores/as na Amazônia". ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2470-2483>. E-mail: souzaoficial7@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Atua no Programa de Pós-graduação Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH/UFAM) Humaitá, Amazonas - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464> E-mail: eulinanog@hotmail.com

Field, Forests and Waters Paulo Freire (FOPINECAF), carried out between 2017 and 2019, whose methodology is based on the listening and dialogue with students, parents, teachers and field workers about the reality of Rural Education in Parintins. The results show that in Parintins, school transport is predominant by river, it has interference from the dynamics and water cycle, it is the processes of the natural phenomenon that influence the displacement of students and, although this is an important policy for the access and permanence of students of rural schools, there are weaknesses in the execution and monitoring of services by the Municipal Secretary of Education (SEMED/PIN), with regard to the precarious conditions of the vessels, safety and service.

Keywords: Field Education; FOPINECAF; School transport; Rural Schools; Access and Permanence.

TRANSPORTE ESCOLAR EN LAS RUEDAS PARLANTES DE FOPINECAF: DESAFÍOS DEL ACCESO DE LOS ESTUDIANTES A LAS ESCUELAS RURALES

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo presentar los desafíos de acceso de los estudiantes a las escuelas del campo en relación con el transporte escolar en el municipio de Parintins/AM. Este es un estudio desarrollado con el apoyo de la investigación bibliográfica, la observación participante y ruedas de conversación del Foro Parintinense para la Educación del Campo, Bosques y Aguas Paulo Freire (FOPINECAF), realizado entre 2017 y 2019, cuya metodología se basa en la escucha y el diálogo con estudiantes, padres de familia, docentes y trabajadores de campo sobre la realidad de la Educación de Campo en Parintins. Los resultados muestran que en Parintins, el transporte escolar es predominante en fluvial, tiene interferencia de la dinámica y del ciclo del agua, son los procesos del fenómeno natural que influye en el desplazamiento de los estudiantes y, aunque esta es una política importante para el acceso y permanencia de los estudiantes de las escuelas rurales, existen debilidades en la ejecución y seguimiento de los servicios por parte de la Secretaría Municipal de Educación (SEME/PIN), con respecto a las precarias condiciones de las embarcaciones, la seguridad y el servicio.

Palabras clave: Educación País; FOPINECAF; Transporte Escolar; Escuelas Rurales; Acceso y Permanencia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O transporte escolar é um elemento das condições necessárias à garantia do direito de estudar. Trata-se de um direito constitucional do estudante da escola pública no que se refere a mobilidade, condições de acesso e permanência à educação, assegurado no Art. 208 da Constituição Federal e no Art. 4, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, as quais determinam o dever do Estado com a educação, na efetivação mediante a garantia de atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988; 1996).

Na Amazônia, o transporte escolar passou a ser implementado a partir de 1990, pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE) no âmbito do Ministério da Educação (MEC) para reduzir a evasão escolar no campo (CARMO, CUNHA e PRAZERES, 2020).

Atualmente, como política nacional, o transporte escolar faz parte do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), instituído pela lei nº 10.880, em 9 de junho de 2004, e tem entre seus objetivos oferecer transportes escolar aos estudantes da educação básica pública que moram na área rural como uma forma de assistência financeira aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal (BRASIL, 2004).

O PNATE atende a educação básica desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, e Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para reduzir a evasão escolar e garantir o acesso dos sujeitos que moram e vivem no em territórios rurais/camponeses às escolas no campo. Em 2007 para ajudar reestruturar o transporte escolar considerando a necessidade de ampliar por meio do transporte diário, o acesso e a permanência dos estudante da educação básica transportados da zona rural dos sistemas Estadual e Municipal, foi criado o Programa “Caminho da Escola” através da Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, visando a padronização dos transportes escolares e,

[...] à aquisição de ônibus de transporte escolar, zero quilômetro, assim como embarcações novas, destinadas ao transporte diário dos alunos da educação básica, transportados da zona rural dos sistemas estadual e municipal, no âmbito do Programa (BRASIL, 2007, p. 1).

Destaca-se nesta conjuntura, que a política de transporte escolar está vinculada à política de nucleação e fechamento de escolas do campo, principalmente aquelas com classes multisseriadas. Trata-se de uma estratégia de orientação neoliberal adotada pelas Secretarias Municipais de Educação na tentativa de abolir a multisseriação, e que nega o direito dos sujeitos do campo a um projeto educacional de estudarem no seu local de origem, a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002).

É, portanto, “[...] um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais” (BRASIL, 2006, p. 116).

O processo de nucleação das escolas do campo enquanto estratégia do capital, consiste no fechamento ou a desativação de pequenas escolas, isoladas ou de pequeno porte como as multisseriadas e construção dos núcleos escolares (escolas núcleos), a fim de atender a mais estudantes no regime seriado, entendido como a mais adequada para realizar o processo de ensino-aprendizagem, inclusive nas escolas no campo, tendo em vista que para os governos, as escolas multisseriadas são responsáveis pelos baixos indicadores educacionais. Isso obriga os estudantes a sair de suas comunidades que tiveram suas escolas fechadas a se deslocar para os núcleos escolares (CARMO, 2016; CARMO, CUNHA e PRAZERES, 2020).

Em contraposição a esse cenário, a partir da década de 1990, os movimentos sociais do campo nas suas lutas vêm reivindicando e denunciando o fechamento de escolas do campo, em prol do direito de homens, mulheres, jovens, adolescentes e de crianças que vivem no campo à igualdade de condições de acesso e permanência na escola (MOLINA; JESUS, 2004).

Em 2008, com pressão dos movimentos sociais foi aprovada a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (CNE/MEC), que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, representa um avanço no freamento da nucleação, ao estabelecer no em seu Art. 3º determina que “a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças” (BRASIL, 2008).

No Município de Parintins, Estado do Amazonas, Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das Águas Paulo Freire (FOPINECAF) se apresenta como movimento social com uma identidade própria da Amazônia, na luta da Educação do Campo em Parintins desde 2017, vem denunciando e debatendo essas questões.

Integram o FOPINECAF, Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA), Instituto Federal de Educação (IFAM), Consórcio de Produtores Sateré Mawé, Conselho Geral das tribos

Sateré Mawé (CGTSM), Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), Secretaria de Meio Ambiente (SEDEMA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Parintins (STTR), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas, IDAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Conselho Municipal de Educação de Parintins, Conselho da Alimentação Escolar, dentre outras entidades e organizações que tratam sobre da Educação do Campo no município de Parintins, além de estudantes, pesquisados/as, militantes, professores/as, gestores/as, agricultores das comunidades localizadas em territórios camponeses de Parintins (Souza, 2022; Prata e Silva, 2022).

Partindo desse pressuposto, este artigo objetiva apresentar os desafios de acesso de estudantes às escolas do campo em relação ao transporte escolar do Município de Parintins/AM. Trata-se de um estudo desenvolvido com apoio da pesquisa bibliográfica fundamentada nos estudos de Carmo (2016); Carmo, Cunha e Prazeres (2020) D'Agostini, Taffarel e Santos Júnior (2012); Silva (2017), Souza (2022), Vasconcelos (2017), entre outros autores, bem como observação participante e rodas de conversa do Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das Águas Paulo Freire (FOPINECAF), realizadas entre 2017 a 2019.

METODOLOGIA

A Pesquisa é de cunho qualitativo, a qual segundo Bogdan e Biklen (1994), ressaltam que o processo faz uma reflexão de diálogo entre o pesquisador e os respectivos sujeitos, na qual não são abordados de forma neutra. Por meio desse estudo, apresentamos os desafios de acesso de estudantes às escolas do campo em relação ao transporte escolar do Município de Parintins/AM, através das rodas de conversa do FOPINECAF.

Método de abordagem utilizado foi o fenomenológico, pois busca entender a essência do fenômeno, expondo o espaço, o tempo e o mundo vivido (TRIVINOS, 1987).

Durante as rodas de conversa por meio do FOPINECAF a participação das lideranças de movimentos sociais, estudantes e professores que interagem são

essenciais, metodologia essa conhecida como “Tarrafa do Sonhos”, dinâmica utilizada para expressar os anseios, dificuldades e perspectivas relatados pelos sujeitos do campo.

A observação participante nos possibilitou uma interação com os sujeitos da pesquisa podendo coletar informações necessárias, partindo do contexto da metodologia Tarrafa dos sonhos, na qual os acadêmicos em formação relatam os impactos e desafios que vivenciaram no Programa. Desta forma, Chizzotti diz que:

A observação direta pode visar uma descrição “fina” dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e suas sintonias de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade. A observação pode ser participante: experiência e compreender a dinâmica dos atos e eventos, e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos. (CHIZZOTTI, 2009, p.53).

Utilizamos ainda a entrevista semiestruturada na qual consiste em um diálogo, onde o entrevistado se expressa livremente, possibilitando uma coleta de informações sobre o objeto estudado. Logo esse percurso metodológico se faz necessário.

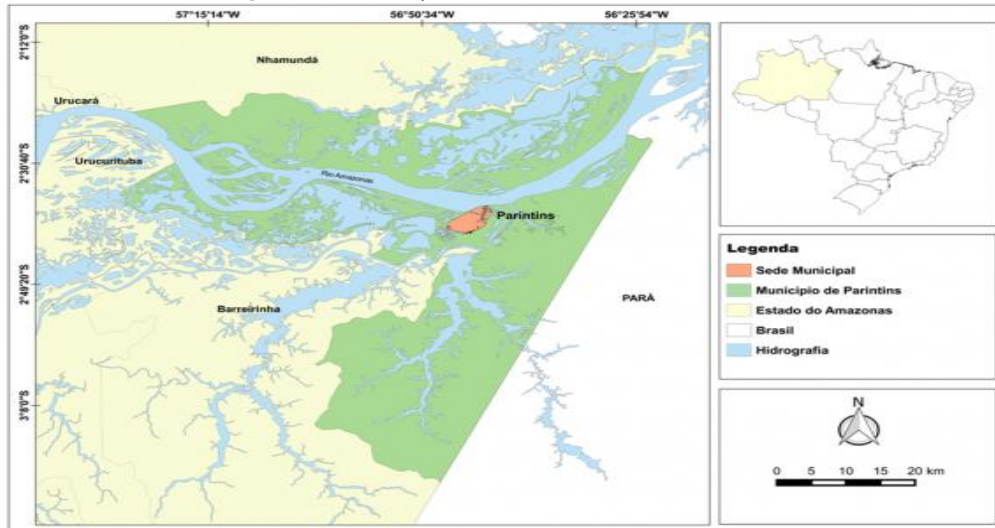
ANÁLISE E RESULTADOS

A realidade das escolas do campo no município de Parintins

Conhecer a realidade das escolas do campo no Município de Parintins é fundamental para compreender os limites da política de transporte escolar e os desafios de acesso de estudantes às escolas do campo nesse território.

Parintins é um Município do Estado do Amazonas. O Município de Parintins está situado a margem direita do rio Amazonas com distância de 369 km de Manaus em linha reta e 420 km via fluvial, capital do estado do Amazonas, com uma estimativa populacional na faixa de 116.439 habitantes. (IBGE, 2022).

Figura 1- Localização do município de Parintins/AM



Fonte: Base Cartográfica compilada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010. Elaborado por Lauro Santarém Júnior e Crizan Souza, 2018. Recuperado de: <https://journals.openedition.org/confins/23501>

De acordo com os estudos de Souza (2022) com base nos dados da SEMED/PIN (2021), o Município de Parintins possui 118 escolas do campo distribuídas em áreas de várzea (26), terra firme/assentamento (85) e área indígena (7). Sua organização seguem o sistema seriado, multisseriado (unidocentes), e agregado (multe etapas) com classes multisseriadas com pluridocentes ou sistema de blocos. Atendem Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e, Educação de Jovens e Adultos.

Os estudos de Silva (2017) e Souza (2022) nos ajudam a compreender que no contexto campesino parintinense, as escolas seriadas são na verdade as escolas núcleos, que sofreram o processo de nucleação na lógica do capital, reúnem estudantes de diferentes comunidades, e portanto, se beneficiam da política do transporte escolar, que nem sempre conseguem atender as demandas de estudantes das escolas do campo.

Figura 2– Modelo de uma escola núcleo de Parintins



Fonte: Arquivo das autoras

No que se refere as escolas multisseriadas, D’Agostini; Taffarel & Santos Júnior (2012) descrevem que são escolas pequenas, que são unidocentes, onde atende um único professor, na mesma sala e ao mesmo tempo, todas as séries juntas, em locais de difícil acesso e de baixa densidade populacional. E em Parintins estão predominantemente em nas áreas de várzea (SOUZA, 2022).

Figura 3 - Escola localizada em uma comunidade de várzea de Parintins



Fonte: Souza, 2021.

Figura 4– Turma multisseriada em Parintins



Fonte: Arquivo das pesquisadoras

Por sua vez as escolas agregadas evidenciam que essas escolas nasceram em Parintins e estão respaldadas no Art. 54 do Regimento Geral das Escolas da Rede

Municipal de Ensino de 2009, no qual a SEMED/Parintins organizou o ensino por blocos de disciplinas (escolas agregadas), sendo que estas também “atendem crianças de Educação Infantil e quando isso ocorre, a turma divide-se da seguinte forma: Educação Infantil, 1º e 2º ano, em um turno e 3º, 4º e 5º ano, em outro turno, conforme a demanda de alunos” (SILVA, 2017, p. 49).

Figura 5 – Uma escola agregada de Parintins



Fonte: Júnior Preto Juju, 2020. Retirada de:

<https://www.facebook.com/search/top?q=escola%20sebastianilda%20moraes>

Nesse cenário, é preciso enfatizar que uma das discussões mais acentuadas nas rodas de conversa do FOPINECAF diz respeito às questões da estrutura física das escolas do campo de Parintins, cujos espaços físicos principalmente na área de várzea ainda são precários, como expressa alguns relatos durante os momentos de diálogos e escuta realizados nas rodas de conversas.

O que precisamos na nossa comunidade é uma escola digna, as nossas escolas estão abandonadas. (Pai de um estudante na Roda de Conversa realizada em uma Comunidade).

As discussões e lutas por uma educação do campo digna e de qualidade continua, e cada vez mais a voz da coletividade ecoa nas rodas de conversa, e com essa certeza saímos revigorados e confiantes em levar as propostas aos nossos representantes maiores para que possam olhar para as comunidades do campo com compromisso e responsabilidade. E assim concretizar a tão esperada educação no campo.

Os desafios do acesso à escola e o transporte nos territórios camponeses de Parintins

Conhecer as condições de locomoção e do transporte escolar para o deslocamento dos estudantes nos territórios camponeses de Parintins é essencial para compreender os limites da política pública do transporte escolar no campo, e suas implicações na garantia do acesso e permanência na realidade educacional campesina desse município.

O Município de Parintins através da SEMED/PIN recebe recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar para a condução terrestre ou fluvial de estudantes das escolas do campo. Mensalmente são realizadas 170 rotas de transporte escolar na área de várzea, terra firme e área indígena buscando garantir o direito de acesso dos estudantes as escolas, como evidencia o quadro 01:

Quadro 1 - Dados do Transporte Escolar

Nº de rotas do transporte escolar de Parintins	
Área da Terra Firme	110- Rotas Barcos fluviais
Área da Várzea	44- Barcos e lanchas
Terrestre	16- Rotas de Ônibus

Fonte: Dados do Setor de Transporte escolar da SEMED/PIN (2022).

Durante as rodas de conversa do FOPINECAF, às questões que envolve o transporte escolar do campo tem aparecido em todas as rodas de conversa. Tratam-se de relatos de professores/as, gestores/as, estudantes, pais, mães e comunitários que vem denunciando as condições em que se efetiva a política do transporte escolar no campesinato de Parintins.

No que se refere ao transporte terrestre, predominante na área de assentamentos (terra firme), a ausência e as condições das estradas e do transporte escolar chamam atenção. Os sujeitos do campo de Parintins, apontam há necessidade de construção de estradas, para o acesso dos estudantes as escolas, pois *“uma realidade que dificulta bastante é o acesso à estrada. Infelizmente os governantes não tem um olhar voltado para o desenvolvimento das nossas comunidades”* (Pai de um estudante durante a roda de conversa na Comunidade).

Sobre isso, outro pai destaca que é preciso “*buscar alternativas de infraestrutura e de acesso às estradas. Quando silenciemos parece que está tudo bem*” (Pai de um estudante durante a roda de conversa na Comunidade). Esta questão é reafirmada por outro pai ao destacar que, “*precisamos de uma educação de qualidade. Uma das maiores dificuldades é a estradas de difícil acesso à escola não só pela distância, mas pela questão de transporte*”.

Essa realidade apresentada por estes sujeitos, revela os limites do transporte escolar terrestre nas comunidades camponesas desse território. Carvalho (2010), destaca que infelizmente o transporte escolar no campo são precários, além das condições da estrada e veículos que os estudantes são colocados, por isso é necessário o planejamento e gerenciamento do serviço como política pública, em que os representantes possam garantir esses direitos básicos para a sociedade.

No que se refere ao transporte fluvial que trafega pelos rios, igarapés e cabeceiras para pegar os estudantes, os desafios do transporte escolar são alargados dada a dialética dos rios. Fraxe; Pereira; Witkoski (2007, p. 15) dizem que no Amazonas esse fenômeno natural da dinâmica dos rios perpassa por quatro estações climáticas “no ecossistema de várzea, que regulam o calendário dos povos ribeirinhos: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas)”.

Na região de terra firme, quando acontece o fenômeno da vazante dos rios, o transporte escolar é interrompido, as embarcações ficam impedidas de chegarem nas casas dos estudantes, dado o nível mais baixo do rio. Nesse contexto, alguns barqueiros (transportador escolar) acabam indo buscar os estudantes em barco rabetas⁴, sem nenhuma condição de segurança para trafegar (SOUZA, 2022), contrapondo-se o que determina o PNATE:

Os alunos podem ser transportados em embarcações nas localidades onde o transporte fluvial ou marítimo (rios, lagos, lagoas, oceano) for necessário. Todas as embarcações usadas no transporte escolar devem estar equipadas com coletes salva-vidas na mesma proporção de sua capacidade, ter registro na Capitania dos Portos e manter a autorização para trafegar em local visível.

⁴ É uma embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal, geralmente alumínio, a maioria composta com motor de popa (SOUZA, 2022, p. 40).

Recomenda-se, ainda, que a embarcação possua: cobertura para proteção contra o sol e a chuva; grades laterais para proteção contra quedas; boa qualidade e apresentar bom estado de conservação (BRASIL, 2004, p.7).

Percebemos que nas realidades do campo há seus pontos altos, baixos e medianos, um dos pontos a ser destacados são os fenômenos da natureza que se encontram em constantes mudanças e quem mora ali precisa se readaptar constantemente. Infelizmente alguns transportadores escolares não dão tanta importância pela segurança das embarcações que transportam os estudantes, o que precisa ser revisto o quanto antes, conforme indica o PNATE.

Os sujeitos do campo são pessoas que desde da infância começam a ter independência e autonomia no que realizam. A maioria das crianças e adolescentes por exemplo, vão e voltam sozinhas da escola, além da maioria deles mesmo com pouca idade saberem manusear as rabetas, canoas e ter habilidades com a pesca e agricultura entre outros ensinamentos, hábitos, tradição e costumes que passam de pais para filhos.

Figura 6- Igarapé



Fonte: SOUZA, 2018.

Figura 7- transporte escolar



Fonte: Arquivo pessoal das autoras

Figura 8 – estudantes voltando para casa de rabetá



Fonte: SOUZA, 2021.

Por outro lado, os lugares de seca extrema que geralmente são os mais distantes, os estudantes enfrentam horas de caminhada para chegar às escolas. Essa situação desumana em que vivem as crianças do campo de Parintins é relatada por uma mãe:

Eu ainda não perdi a esperança como mãe, as mães não puderam vir aqui, porque ficaram trabalhando, mas mandaram seus filhos, que são filhos da terra. Queremos professor capacitado, que tenha respeito pelos nossos filhos na escola, gente é muito triste na nossa comunidade, nossa comunidade está

abandonada praticamente, muito abandonada. Eu sou muito grata de está aqui, arriscando a minha vida pelo um barco pequeno, mas eu vim aqui representar a minha comunidade, porque lá gente, mora oitocentos eleitores naquela comunidade. Porque nós estamos cansados, as mães dessas crianças, tem crianças que anda dois quilômetros no sol para chegar na escola, os pais ficam preocupados, de uma onça pegar eles no mato, as mães ficam preocupada, eu sou mãe e fico preocupada também de deixar meu filho ir, sozinho lá, arriscando a vida, chegam seis horas da tarde na sua casa, praticamente já está escuro, crianças desse tamaninho de quatro a cinco anos, enquanto nós estamos esperando uma escola, esperando uma escola do campo [...] (Mãe de estudante durante a roda de conversa na Comunidade).

Ou seja, por meio das falas dos sujeitos nas rodas de conversa, percebemos a insatisfação, sonhos e anseios que pais, professores, líderes de movimentos sociais e estudantes tem em relação as dificuldades que há no campo, como falta de estrutura física das escolas, saneamento básico, energia elétrica, estradas, transporte escolar e saúde básica.

Por meio do relato dessa mãe de estudante entendemos a preocupação não só de uma, mas o apelo de várias mães que todos os dias passam por esse momento de aflição se seu filho (a) chegará bem ou não em casa, infelizmente essa é uma das realidades que os sujeitos do campo vivem no dia a dia.

Souza (2022, p. 41) também denuncia essa realidade, pois segundo a autora, quando o transporte escolar para, “as crianças e adolescentes chegam a caminhar pela mata cerca de 1 a 2 horas para chegar às suas casas. [...] e mesmo com as constantes reivindicações da comunidade, o poder público nada tem feito para sanar essa situação”. Os dados do Inep (2007), já revelaram esse quadro desfavorável que ainda persiste nos territórios camponeses até hoje, onde geralmente crianças na faixa etária de 5 a 7 anos precisam acordar cedo antes das 6h para que elas possam pegar um barco na comunidade para chegar à escola.

Segundo a Fundação Amazonas Sustentável (2017), a época de seca que é mais prejudicial, pois a cada ano que passa fica mais intenso, pois há o surgimento dos bancos de areia dificultando o transporte escolar, ou os estudantes tem que caminhar grande distancias a pé até chegar nas escolas.

Os impactos dessa situação consistem na perda de aulas por parte dos estudantes, e os que conseguem acordar bastante cedo, nem sempre tomam café para chegar a tempo na escola. Muitas crianças não dormem direito e chegam

cansadas, com fome, molhadas ou sujas e não conseguem se concentrar para estudar (GAVIOLI, 2016). O Censo Escolar da Floresta (2017), diz que as políticas públicas nunca chegam até a zona rural devido a distância e o alto custo de deslocamento, porém é necessário chegar nessas áreas mais vulneráveis. Da mesma forma, que repensar o calendário escolar da terra firme também é emergente.

Quanto ao contexto da área de várzea, o transporte escolar convive com a dinâmica da enchente e vazante dos rios. No período da vazante nas comunidades camponesas, as terras se tornam mais férteis para a agricultura, por outro lado, no período das cheias do rio, muitas plantações e criações de animais são perdidas e, as escolas inundadas pelas águas, obriga a interromper as aulas, prejudicando aos estudantes da várzea. Ferreira (2014, p. 03) nos ajuda a compreender essa dinâmica dos rios.

Com início da enchente geralmente no mês de dezembro e atinge os meses seguintes até abril. O período das cheias do rio, marcada pela intensificação do volume de água, corresponde aos meses de abril e maio. A etapa seguinte, correspondente aos meses de junho a agosto, chama-se tempo da vazante, alcançando o ápice entre os meses de agosto a outubro, ocorrendo à seca da região.

Trata-se de um período na qual as pessoas que moram na área de várzea vão se adequando com a enchente ou mudando-se temporariamente para as áreas de terra firme, ou mesmo para a cidade. O acesso às escolas fica difícil e perigoso, em que fica mais evidente “o descaso com que as populações ribeirinhas são tratadas, abandonadas à própria sorte e aguardando as águas baixarem. Neste período, os ribeirinhos permanecem em suas casas e as aulas são interrompidas” (FERREIRA, 2014, p. 03).

Figura 9-Estudantes pegando o transporte escolar para casa



Fonte: Arquivo pessoal das autoras

Figura 10- Frente de uma comunidade



Fonte: Arquivo pessoal das autoras

Dessa forma, a dialética da natureza influencia na educação dos filhos da classe trabalhadora da várzea. O calendário escolar é cumprido mesmo ocorrendo os fenômenos naturais como é o período da cheia. Vasconcelos (2017) afirma que “esse calendário corresponde aos regimes: fluvial, referente à variação no volume das águas dos rios (enchente, cheia, vazante e seca) e pluvial, referente às águas das chuvas seja no inverno, seja no verão” (VASCONCELOS, 2017, p. 72).

Essa questão acaba interferindo no transporte escolar, no acesso dos estudantes as escolas e no trabalho docente, como evidencia os depoimentos de professores durante a roda de conversa realizada na comunidade na de área de várzea:

É um desafio ser educador na área de várzea. Devemos cumprir 200 h porque é direito do aluno. [...]. As aulas iniciam em agosto e se estendem até o mês de abril. A cheia é um problema, sim, e dificulta a chegada dos alunos até à escola. Às vezes, quando chove, os estudantes não chegam até as escolas porque com tempestades as embarcações têm que parar, depois vai se equilibrando (Professor do campo, durante a roda de conversa realizada na comunidade na de área de várzea).

*[...] o calendário é um gargalo, pois as crianças da cidade se sobressaem na frente das crianças do campo, principalmente quando é a **Provinha Ana**, que acontece nos meses de agosto e setembro, pois, o **IDEB** vai lá embaixo, e assim o trabalho do professor do campo fica prejudicado como se não valesse nada. [grifo nosso] (Professor do campo, durante a roda de conversa realizada na comunidade na de área de várzea).*

De acordo com os relatos dos professores, as escolas do campo, em sua maioria, não estão estruturadas para receber os estudantes e isso precisa ser discutido e implicado em políticas públicas, pois há muitas demandas a serem atendidas. Não

sendo somente a estrutura para as escolas que precisa melhorar, mas também as condições das estradas e transporte escolar no campo, que exigem um olhar mais atento dos governantes.

Essa foi uma das rodas de conversa que mais chamou atenção dos membros do FOPINECAF, onde as dificuldades parecem ser maiores que as de terra firme, em suas especificidades, pois revelou os desafios enfrentados em relação ao transporte escolar fluvial, com o agravante das dificuldades ocasionadas pelos processos do fenômeno natural que influencia o deslocamento dos estudantes, e consecutivamente ressignificam o cotidiano de seus dos estudantes e o desenvolvimento do calendário escolar e do trabalho docente.

Nessa conjuntura, Pimenta (2015) enfatiza que as estruturas precárias, inadequadas e sucateadas do transporte escolar no campo, e o ciclo da enchente e vazante, acabam ocasionando o fechamento das escolas do campo, por meio das transferências dos estudantes para a cidade. Desse modo, Silva e Arnt (2010) ressaltam que para assegurar somente as vagas dos estudantes na escola não é suficiente, mas é necessário garantir esse acesso e o transporte escolar possibilita as crianças e adolescentes a essa permanência, logo o transporte é um veículo gratuito e tem a finalidade de levar os estudantes no percurso da casa até escola e vice-versa.

O atendimento a essa questão implica em maior segurança para os estudantes chegarem até à escola e na melhoria de um ambiente escolar propício para estudar. No entanto, essa questão ainda está longe de ser resolvida. Conforme exposto estas demandas precisam ser atendidas, visto que Arroyo (2007) nos lembra que os sujeitos do campo são sujeitos de direitos e a localização geográfica não pode ser um fator determinante.

Nesse sentido, o transporte é fundamental nas escolas do campo, pois representa o meio mais apropriado de ter acesso a escola para muitos estudantes. Percebe-se que o acesso à escola do campo é permeada por desafios e dificuldades, e a política do transporte escolar não consegue responder a totalidade das demandas dessa realidade.

Vale ressaltar, que as rodas de conversas do FOPINECAF é um momento de escuta fundamental, pois além de dá voz e vez aos sujeitos do campo, estes acabam se constituindo com um princípio educativo nesse movimento, na luta para contrapor essa situação, pois a reflexão gerada em torno dessas problemáticas, permitem avançar na luta pela Educação do Campo nesse Município, como demonstra o relato:

Porque a caminhada é muito longa, vão andar por estradas, igarapés, atravessando por água, porque as embarcações ficam mais distante [...]. Não foi fácil gente trazer essas crianças aqui, tivemos barreira a princípio? Tivemos. Transporte tem? Sim, mas para quê? Com qual finalidade eles estão aqui? Para começarem a sentir o gosto pelo saber, sem gosto pelo saber não tem educação e sem educação não tem crescimento comunitário, não tem crescimento municipal. É isso que a educação do campo quer? Vamos passar para o campo de pesquisa com formações, vamos exaltar o campo, esse currículo e planejamento curricular não é feito na cidade, ele é feito lá no campo, ou seja, lá você vai saber o tempo de plantação, o tempo de colheita, o tempo da seca e enchente, é isso que nós queremos, é isso que é educação no campo. Paulo Freire falava “ a educação não é apenas uma caixa de depósito não, é evolução, é conscientização é amor” Muito obrigado! (Líder comunitária e mãe de estudante do campo, durante a roda de conversa realizada na comunidade na de área de várzea).

Quando as crianças, adolescentes e jovens compreendem e fazem parte desse processo de coletividade pela melhoria do campo, em especial da sua comunidade, podemos dizer que a educação do campo se fortalece e percebemos que as rodas de conversa não são em vão, mas que há pessoas que acreditam nesse movimento que luta pelos povos do campo.

Como ressalta Freire (1987), o processo de ensino só prevalecerá a partir do desenvolvimento como prática de liberdade, caso contrário a dominação e alienação prevalecerá, uma vez que segundo o patrono a educação a “práxis, reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor e oprimidos" (FREIRE, 1987, p.38), precisa permitir esse exercício.

Nesse contexto, o FOPINECAF enquanto movimento social coletivo da Educação do Campo representados pelas universidades, classe trabalhadora camponesa e instituições vem denunciando o desrespeito da Secretaria Municipal de Educação de Parintins, no que concerne aos limites da política de transporte escolar que está associada a política negacionista da nucleação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou apresentar os desafios de acesso de estudantes às escolas do campo em relação ao transporte escolar do Município de Parintins/AM, a partir dos relatos dos sujeitos do campo durante as rodas de conversa do Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das Águas Paulo Freire (FOPINECAF), realizadas entre 2017 a 2019.

Os resultados do estudo apontam que a organização das escolas do campo de Parintins, obedecem ao sistema seriado/nucleado, multisseriado e agregado, e permite compreender as limitações da política do transporte escolar no campo nesse Município, associada a dialética da natureza e dinâmica das águas, implica no acesso e permanência dos estudantes nas escolas do campo.

Nas comunidades de assentamento, as condições das estradas e poucos ônibus são os desafios enfrentando pelos estudantes. Na vazante dos rios na terra firme, onde o transporte escolar fluvial é mais utilizado pelos estudantes até as escolas do campo, este se realiza em pequenas embarcações, sem nenhuma segurança que percorrem os rios lagos e igarapés. No nível mais baixo do rio, a distância continua sendo um dos problemas que tem implicações no rendimento dos estudantes, dada o cansaço as distancias percorridas para chegar a escola.

Na área de várzea, os desafios enfrentados em relação ao transporte escolar fluvial, com o agravante das dificuldades ocasionadas pelos processos do fenômeno natural que influencia o deslocamento dos estudantes, possibilita o fechamento das escolas multisseriadas e potência a política de nucleação.

A política do transporte escolar é de extrema importância para o acesso e permanência de estudantes de escolas do campo, há fragilidades na execução e acompanhamento dos serviços por parte da Secretária Municipal de Educação (SEME/PIN), no que se refere as condições precárias das embarcações, segurança e atendimento dos estudantes do campo. Nessa conjuntura, vale ressaltar que o calendário escolar do Município assim como o transporte escolar precisam ser mais bem debatidos pela Secretaria Municipal de Educação de Parintins, a partir de

controle, fiscalização e avaliação contínua da situação do transporte escolar para a garantia do acesso e permanência dos estudantes na escola campesina.

Constatou-se que, as rodas de conversa do Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das águas Paulo Freire (FOPINECAF) são momentos muito importante para os sujeitos do campo, pois os coloca como protagonistas das suas histórias, entre denúncias e luta pela construção de uma educação do campo contra-hegemônica e emancipatória neste território. Isso permite apontar a importância que o FOPINECAF tem enquanto movimento social coletivo na luta pela construção da Educação do Campo em Parintins.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do Campo. **Caderno CEDES**, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf>. Acesso em: 02 jan, 2022.

BRASIL. **Lei nº10880, 9 de junho de 2004**. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar-PNATE e o Programa de Apoio aos sistemas de Ensino para Atendimento a Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da LEI nº 9. 424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providencias. Brasília, DF. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10880-9-junho-2004-532613-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 04 nov, 2022.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007**. Cria o Programa Caminho da Escola. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/legislacao/ResolucaoCDFNDEn3de28de2007.pdf>. Acesso em: 06. Jun, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 nov, 2022.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l_9394.htm. Acesso: 04 nov, 2022.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

CARMO, E. S. D. **A nucleação das escolas do campo no município de Curralinho-arquipélago do Marajó:** limites, contradições e possibilidades na garantia do direito à educação (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CARMO, E. S. D.; CUNHA, F. F. da; PRAZERES, M. S. C. dos. Transporte escolar na Amazônia: uma análise dos condicionantes de acesso de estudantes ribeirinhos à escola do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 5, p. e6897, 2020. DOI: 10.20873/uft.rbec.e6897. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/6897>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; Cerioli, P.C. (Org) **Por uma educação do Campo:** identidade e políticas públicas, 2002, p. 18-25

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas Qualitativas em Ciências Humanas e Sociais.** Petrópolis, R.J.: Vozes, 2008.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

FRAXE, T. J. P.; Pereira, H. S.; Witkoski, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GAVIOLI, E. V. **O cotidiano das crianças usuárias do transporte escolar e a educação do campo em Buritis/RO.** 2016, 64 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ariquemes, 2016.

IBGE (2022). **Parintins.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/parintins.html>. Acesso em: 04 nov, 2022

PRATA, B. dos S.; SILVA, S. S. A educação do campo em Parintins nas rodas de conversa no FOPINECAF: FIELD EDUCATION IN PARINTINS ON THE TALKING WHEELS AT FOPINECAF. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 61–78, 2022. DOI: 10.36311/2236-5192.2022.v23n1.p61-78. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/13028>. Acesso em: 12 mai. 2022.

SILVA, S. S. **Políticas de Formação Inicial de Professores do Campo em Parintins: contextos e contradições**. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUZA, É. S. S. **As políticas públicas de formação continuada de professores/as das escolas do campo: estudo na comunidade do Tracajá numa escola municipal de Parintins-AM**. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM).

VASCONCELOS, M. E. **Educação do Campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

HISTÓRICO

Submetido: 24 de Dez. de 2022.

Aprovado: 15 de Mai. de 2023.

Publicado: 02 de Jun de 2023.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

PRATA, B. S.; SOUZA, E. S.; LEITE, E. M. N. O transporte escolar nas rodas de conversa do fopinecaf: Desafios de acesso de estudantes às escolas do campo. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v.27, n.54, 2023, eISSN: 2526-8449